



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

25ª Câmara Extraordinária de Direito Privado

Registro: 2016.0000793037

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0031123-48.2012.8.26.0405, da Comarca de Osasco, em que é apelante RODRIGO DEL OLIVEIRA, são apelados GISELE NASCIMENTO e SUELI MAGALHÃES FREITAS.

ACORDAM, em 25ª Câmara Extraordinária de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores KIOITSI CHICUTA (Presidente sem voto), RUY COPPOLA E FELIPE FERREIRA.

São Paulo, 27 de outubro de 2016.

Melo Bueno

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

25ª Câmara Extraordinária de Direito Privado

COMARCA: OSASCO – 6ª VARA CÍVEL

APELANTE: RODRIGO DEL OLIVEIRA

APELADAS: GISELE NASCIMENTO E OUTRA

JUÍZA: RENATA SOUBHIE NOGUEIRA BORIO

VOTO Nº 38264

ACIDENTE DE TRÂNSITO – INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E LUCROS CESSANTES – Incontrovertida culpa pela ocorrência do acidente – Sentença criminal condenatória – Dever de indenizar – CC, artigo 186 – Valor despendido com a franquia afastado – Ausência de comprovação do pagamento – Tratamento psicológico e valores gastos devidamente demonstrados – Depreciação do veículo – Ação parcialmente procedente – Recurso parcialmente provido.

Apelação interposta contra r. sentença de fls. 376/80 que julgou parcialmente procedente ação de indenização por danos materiais e morais e lucros cessantes, fundada em acidente de trânsito. O apelante sustenta, em síntese, ausência de comprovação da culpa a ele atribuída; não estava embriagado; inexistência de sentença criminal condenatória; descabimento do ressarcimento do valor gasto com a franquia; ausência de demonstração de depreciação do veículo, sendo excessivo o valor equivalente a 10% da tabela, devendo ser reduzido; indevido o pagamento das despesas com tratamento psicológico; inexistência de danos morais; exagero na fixação da indenização, pretendendo a redução (fls. 382/7).

O recurso foi regularmente processado e respondido a fls. 398/428. Autos redistribuídos de acordo com a Resolução 737/2016.

É o relatório.

A presente ação foi proposta visando haver indenização por danos materiais e morais, além de lucros cessantes, tendo em vista o acidente de trânsito em que se envolveram as partes aos 22/04/2011, ocasião em que as apeladas estavam estacionadas aguardando uma amiga quando o apelante colidiu com um fusca, arremessando-o contra um portão, vindo a capotar, atropelando a amiga que esperavam, tirando-lhe a vida.

As provas dos autos demonstram que o apelante conduzia o veículo em velocidade incompatível com o local, embriagado, desorientado, com voz pastosa, além de serem encontradas latas de cerveja em seu veículo. Assim sendo, não há como afastar a culpa atribuída ao apelante, o qual restou condenado na esfera criminal, vez que “violou o dever de cuidado objetivo na condução de veículo automotor, e agiu com extrema imprudência. O réu transitava acima do limite de velocidade, em rua estreita, à noite, alcoolizado. Não parou o carro ao ver que era impossível seguir pelo espaço livre na rua, tendo em vista o fusca que estava parado e cujo motorista pedia informações. Colidiu com os veículos que estavam no local e com a vítima, arremessando-a a metros de distância, e o impacto da colisão provocou ferimentos que culminaram com o óbito”. (fls. 429/34).

Com efeito, nos termos do art. 186 do Código Civil, para que surja o dever de reparação, necessário se faz a comprovação de três pressupostos: o dano, o nexo de causalidade e a conduta culposa

ou dolosa do ofensor. Assim sendo, caracterizado o nexo de causalidade entre a conduta do apelante, o acidente em tela e os danos dele decorrentes, de rigor a reparação.

Não há prova de que a apelada, proprietária do veículo, tenha despendido qualquer valor a título de franquia, não se prestando a tal finalidade o documento de fls. 47 (que se refere a 'serviço de pintura'), sendo certo que conforme fls. 128, o apelante pagou R\$2.000,00 à seguradora do veículo da apelante, a fim de ressarcir-la quanto aos prejuízos a ele acarretados, o que não foi impugnado. Assim, referida quantia (R\$1.704,84) deve ser excluída da condenação.

Os valores gastos com tratamento psicológico estão devidamente comprovados a fls. 35/7, inexistindo demonstração de que a apelada já necessitava de tais serviços, ônus que competia ao apelante e do qual não se desincumbiu (CPC/73, artigo 333, II).

O veículo da apelante era praticamente novo, contando com quatro meses de uso. Por evidente, os danos a ele acarretados pelo forte impacto em sua traseira o depreciou, não se afigurando excessiva a indenização em montante equivalente a 10% da tabela FIPE.

Os prejuízos morais são manifestos, tendo em vista haverem as apeladas presenciado o atropelamento da amiga, fato que deu causa a sua morte, sendo certo que o montante de R\$10.000,00 (para cada uma) fixado em primeiro grau não é excessivo, compensando-as pela dor experimentada pela perda de ente querido, não comportando a redução pretendida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

25ª Câmara Extraordinária de Direito Privado

Deste modo, a r. sentença recorrida comporta pequena modificação, somente para afastar o pagamento do valor relativo à franquia, eis que não comprovado, cuja manutenção, no mais, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos é medida que se impõe.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso.

FERNANDO MELO BUENO FILHO
Desembargador Relator